



COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM BIOELETRICIDADE

CNPJ nº 09.585.179/0001-60

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assinado digitalmente por FRANCISCO JORGE ROSA FILHO CPF: 056.898.198-75 Em nome de FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA CNPJ: 71.661.599/0001-52 Data: 21/04/2022 00:06:50 -03:00

Table: Balanço Patrimonial. Columns: Ativo, Nota, 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Dividendos a receber, etc.

Table: Demonstração dos Fluxos de Caixa. Columns: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Lucro antes do IR e da CS, Ajustes de: Resultado da equivalência patrimonial, Depreciação, Amortização, etc.

Table: Demonstração do Resultado. Columns: Nota, 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Receita operacional líquida, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas administrativas, etc.

Table: Demonstração das mutações no patrimônio líquido. Columns: Nota, 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Em 1º de janeiro de 2020, Lucro líquido do exercício, Destinação do lucro, etc.

Table: Demonstração do Resultado Abrangente. Columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Lucro líquido do exercício, Total do resultado abrangente.

Table: Demonstração da Categoria de Instrumento Financeiro. Columns: 2021, 2020. Rows include Mensurados ao custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, etc.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1 Informações Gerais: 1.1 Contexto Operacional: A Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade ("Companhia" ou "Controladora"), com sede em Sud Mennucci, Estado de São Paulo, tem por objeto social a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras. Suas controladas Pioneiros Termoeleétrica Sud Mennucci S.A., Pioneiros Termoeleétrica Iha Solteira S.A., Termoeleétrica Santa Adélia Ltda. e Termoeleétrica Interlagos Ltda. ("Controladas"), e em conjunto com a Companhia, o "Grupo" têm como principal atividade a geração de energia elétrica de ordem térmica e vapor d'água através de usinas de cogeração movida principalmente à bagaço de cana-de-açúcar. 1.2 Alterações na estrutura operacional do Grupo Santa Adélia: Em 07 de junho de 2019, o Conselho de Administração da Usina Santa Adélia S.A. (controladora direta da Companhia) decidiu, por maioria dos votos, pela unificação das atividades de produção de açúcar, etanol e energia das Usinas de Pereira Barreto e Sud Mennucci, centralizando todas estas operações na unidade de Pereira Barreto/SP. Conseqüente houve o encerramento das operações produtivas de sua Controlada Pioneiros Bioenergia S.A. em 21 de outubro de 2020. No contexto desta unificação, alterações estruturais ocorreram nas seguintes controladas: Pioneiros Termoeleétrica Iha Solteira S.A.: Todas as máquinas e equipamentos utilizados na produção de energia elétrica e vapor, sobretudo, a caldeira e o gerador, foram transferidos para a nova planta e produção em Pereira Barreto, estrutura contígua à Usina de Pereira Barreto/SP. Alguns ativos imobilizados relacionados a estrutura física, construções civis e benfeitorias, não foram transferidos e foram baixados no exercício de 2020 (veja nota explicativa nº 9). A efetivação da transferência da operação ocorreu em 31 de março de 2021 sendo o plano executado com êxito sem nenhum ônus em relação aos volumes de produção estimados para atender aos contratos que esta Controlada mantém com seus clientes. Pioneiros Termoeleétrica Sud Mennucci S.A.: A produção de energia nesta controlada ocorria, até então, mediante a relação consorciada com a Pioneiros Bioenergia S.A. e com a finalização das atividades produtivas desta, a relação consorciada foi encerrada. Para a Pioneiros Termoeleétrica Sud Mennucci S.A. atender aos seus compromissos contratuais junto ao seu único cliente, a Eleotróbras, a administração planejou manter suas atividades produtivas através da origemação de biomassa pela compra de sua coligada Usina Santa Adélia S.A. (unidade Pereira Barreto) e pela disponibilidade deste insumo em outras usinas da região. O plano da administração prevê a produção de energia em montante suficiente para atender ao compromisso contratual até a data de seu encerramento, em 08 de maio de 2026. A fim de ajustar a geração de caixa operacional ao retorno do ativo imobilizado, a administração procedeu, no exercício de 2020, com a reavaliação da estimativa de depreciação e ajustou a vida útil do imobilizado ao prazo contratual. A alteração da formatação de sua operação, de uma relação consorciada, para uma operação comercial de compra de biomassa, não impacta as premissas regulatórias e não indicou perdas a serem reconhecidas nestas demonstrações financeiras. 1.3 Relação consorciada das controladas: A atividade das termoeletricas controladas da Companhia é realizada mediante a constituição de consórcios de geração de energia, que prevê a divisão da energia elétrica produzida de acordo com a contribuição de cada parte para os custos do consórcio, nas seguintes condições: Consórcio Termoeleétrica Santa Adélia: firmado em 29 de janeiro de 2013, entre a controlada Termoeleétrica Santa Adélia Ltda. e a Usina Santa Adélia S.A., com a distribuição dos custos e benefícios entre as partes na proporção de 70,12% e 29,88%, respectivamente. Consórcio Termoeleétrica Interlagos: firmado em 29 de janeiro de 2013, entre a controlada Termoeleétrica Interlagos Ltda. e a Usina Santa Adélia S.A., com a distribuição dos custos e benefícios entre as partes na proporção de 67,85% e 32,15%, respectivamente. Consórcio de Bioenergia Iha Solteira: firmado em 28 de julho de 2008, entre a controlada Pioneiros Termoeleétrica Iha Solteira S.A. e a Pioneiros Bioenergia S.A., com a distribuição dos custos e benefícios entre as partes na proporção de 78,85% e 21,35%, respectivamente. Em função da unificação das atividades de produção na unidade de Pereira Barreto/SP, um novo consórcio está sendo criado entre as partes, a fim de evidenciar a relação consorciada desta termoeletrica com a Usina Santa Adélia S.A. a partir de março de 2021. A nova estrutura do consórcio manteve condições contratuais semelhantes aquelas do contrato vigente até 31 de março de 2021 com a antiga consorciada Pioneiros Bioenergia S.A. Todos os contratos acima possuem conjunção de esforços para produção de energia elétrica pelas controladas utilizando o bagaço da cana de açúcar, a palha e a fibra, nelle contidas, gerados respectivamente pelas usinas da Pioneiros Bioenergia S.A. e Usina Santa Adélia S.A., como combustível principal. Conforme mencionada acima e na Nota 7, a Companhia mantém operações e por consequência saldos significativos com partes relacionadas nas condições acordadas entre as partes. As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas neste contexto. 2 Resumo das principais políticas contábeis: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A administração da Companhia entende que não há estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de 31 de dezembro de 2021 de seus ativos e passivos durante o próximo exercício social, bem como que não há julgamento crítico na aplicação das práticas contábeis vigentes no exercício encerrado naquela data. (a) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. (b) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia e suas controladas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. 2.2 Base de consolidação e instrumentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui investimentos nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas: Percentual de participação no capital social - % 2021 2020 Termoeleétrica Santa Adélia Ltda. 100% 100% Termoeleétrica Interlagos Ltda. 100% 100% Pioneiros Termoeleétrica Sud Mennucci S.A. 100% 100% Pioneiros Termoeleétrica Iha Solteira S.A. 100% 100% 2.3 Instrumentos financeiros: 2.3.1 Classificação: A Companhia e suas controladas adota o Pronunciamento Técnico CPC 48 Instrumentos Financeiros e classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de impairment dos Instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito de prospectivo de "perdas de crédito esperadas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. (a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá de o modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Empresa ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. (b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem saldos de contas a pagar para partes relacionadas, fornecedores, compras de energia a pagar (PLD - CCEE). Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os passivos financeiros são classificados no passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emis-

são do balanço, classificados como passivo não circulante. 2.3.2 Reconhecimento e mensuração: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido do resultado, do custo do ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. 2.3.3 Impairment de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. A Companhia e suas controladas aplica a abordagem simplificada conforme permitido pela CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. 2.4 Imobilizado: São unidades de transmissões de energia (termoeletricas) os terrenos são determinados pelo custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos das unidades termoeletricas é calculada usando o método linear durante a vida-útil estimada, a qual é avaliada anualmente pela administração. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado em "Outras receitas, líquidas". Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o Grupo de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Grupo. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.6). 2.5 Ativo Intangível: Refere-se ao direito de uso dos ativos de linha de transmissão transferidos para a transmissora de energia elétrica oriundo de contratos de conexão ao sistema de transmissão de energia elétrica. A vigência do direito vai até a extinção da concessão da Transmissora ou da Distribuidora, o que ocorrer primeiro. O direito de uso é reconhecido pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. 2.6 Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à impairment são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o menor valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. 2.7 Contas a pagar aos fornecedores: Fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.8 Provisões: As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para a liquidação a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade do Grupo liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Nesse caso, uma provisão é reconhecida mesmo quando se espera que a probabilidade de uma liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser desembolsados para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais no mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. 2.9 Imposto de renda e contribuição social: As despesas fiscais do exercício 2020 compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço. A Controladora adota tributação com base no lucro real e as Controladas adotam a tributação com base no lucro presumido para cálculo do imposto corrente. A base de cálculo do lucro presumido representa 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social dos valores recebidos a título de venda de energia elétrica, e 100% dos valores recebidos a título de outras receitas. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição federal. 2.10 Capital: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. 2.11 Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. (a) Receitas com venda de energia elétrica: A receita com a venda de energia elétrica é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em Megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada no final de cada mês, considerando as tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento. (b) Receitas financeiras: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. 2.12 Dividendos: As distribuições de dividendos para os acionistas são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no período em que os dividendos são declarados e aprovados pelos seus acionistas. No final de cada exercício, um dividendo para o dividendo mínimo obrigatório requerido por lei, bem como passivos para intermediários, quando autorizados pela Assembleia de Acionistas e não tiverem sido distribuídos durante o exercício serão reconhecidos no balanço patrimonial. 3 Política de gestão de riscos financeiros: A Companhia e suas controladas não possuem política formal de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e que requer que a diversificação de transações e contrapartidas. No entanto, a administração entende que pela natureza da operação das Controladas a exposição a riscos financeiros está restrita ao índice de reajustes dos contratos firmados (Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). As principais fontes de receita são corrigidas por esses índices, enquanto o contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, principal custo das controladas da Companhia, é corrigido pelo IGPM. Desta forma, a administração avalia o risco de crédito como muito irrelevante e o risco com a estratégia de longo prazo de seus acionistas. 3.1 Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de operações de crédito a clientes. Incluindo contas a receber em aberto e exposições compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são mantidos títulos somente em instituições financeiras de primeira linha. Em relação aos clientes, a estratégia da administração é focada em maximizar o faturamento, desta forma, procura planejar e direcionar as vendas entre cada uma das quatro controladas, que são unidades produtivas independentes, e podem fornecer energia elétrica com base em contratos previamente firmados ou negociar no mercado livre. Os direcionamentos de entrega de energia elétrica são realizados pela administração com base na verificação de melhores mercados e preços que estão sendo praticados, porém obedecendo acordos contratuais previamente firmados. (Nota 1). Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. 3.2 Risco de liquidez: É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira. A Companhia e suas controladas estão trabalhando para equilibrar seu capital circulante líquido e, caso seja necessário, não efetuando o pagamento dos dividendos aos acionistas, ou poderá obter aportes financeiros destes. Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante da Companhia e suas controladas é negativo em R\$ 2.328, substancialmente representado por dividendos a pagar aos acionistas no montante de R\$ 17.823, os quais não serão exigidos até que a Companhia e suas controladas atinjam o seu equilíbrio econômico financeiro. Adicionalmente, a Companhia, através de suas controladas, possui contrato de venda de energia com as empresas participantes do leilão de Fontes Alternativas de 2024, e também com o PROINFA, garantindo a manutenção de suas operações e o equilíbrio financeiro, considerando sua atual estrutura de custos. 3.3 Risco de mercado: (a) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (b) Risco com taxa de câmbio: A Companhia e suas controladas não estão expostas ao risco de flutuações nas taxas de câmbio, pois não possui saldos e transações em moeda estrangeira. 4 Instrumentos financeiros: (a) Instrumentos financeiros por categoria:

Table: Principais saldos e operações. Columns: Termoelétrica Santa Adelia Ltda., Termoelétrica Interlagos Ltda., Pioneiros Termoeletrica Sud Mennucci S.A., Pioneiros Termoeletrica Iha Solteira S.A., Total. Rows include Quantidade de ações possuídas, Percentual de participação, Patrimônio líquido em 31 de dezembro, etc.

Table: Custos e Depreciação. Columns: Custo, 01.01.2021, Adições Baixas, Transferências, 31.12.2020, Depreciação, 01.01.2021, Adições Baixas, Impairment, Transferências entre contas, 31.12.2021. Rows include Máquinas e equipamentos, Edifícios e dependências, Obras em andamento, etc.

Table: Saldo líquido. Columns: Saldo líquido, 01.01.2021, Adições Baixas, Transferências, 31.12.2020, Saldo líquido, 01.01.2021, Adições Baixas, Impairment, Transferências entre contas, 31.12.2021. Rows include Máquinas e equipamentos, Edifícios e dependências, Obras em andamento, etc.

(b) Outras informações: A depreciação total do exercício foi alocada ao custo de produção e, consequentemente ao custo das dependências. A taxa de depreciação de máquinas e equipamentos e edifícios e dependências é de 10% e 4% ao ano, respectivamente. 10 Compra de energia a pagar (PLD - CCEE): Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia deixou de entregar a quantidade mínima de energia elétrica prevista nos contratos de compra e venda de energia (CCEARs). Nesse caso, a CCEE entrega a quantidade de energia necessária para a Companhia cumprir com os referidos contratos e cobra a Companhia pela média do Preço de Liquidação de Diferença ("PLD"). Em 2021, considerando que o PLD esteve abaixo dos valores de vendas de energia dos contratos de vendas, a Companhia arroute um ganho de R\$ 153. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 3.272 referente aos valores recebidos da CCEE que serão devolvidos no ano de 2022 para ressarcimento de insuficiência de geração. A movimentação das compras de energia a pagar nos exercícios de 2021 e 2020 é a seguinte:

Table: Compra de energia a pagar. Columns: Saldo em 31 de dezembro de 2019, Adiantamento contrato ACR, Ganhos contratuais, Liquidação, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Adiantamento contrato ACR, Ganhos contratuais, Liquidação, Saldo em 31 de dezembro de 2021.

11 Provisão para perdas contratuais: A controlada Pioneiros Termoeletrica Iha Solteira S.A. possui ainda, em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 7.456 (R\$ 18.792 em 31 de dezembro de 2020) registrado no passivo não circulante para atender ao disposto nos CCEARs. O saldo corresponde à provisão para os lucros auferidos em seu período pré-operacional de 2009 a 2012 decorrentes da compra de energia por valor inferior ao definido como receita fixa nos CCEARs e não possui vencimento previsto atualmente. 12 Contingências: Podem existir obrigações eventuais gerais, relativos às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), ou vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desse tema. Na Brasil. As leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações previstas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de natureza trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração do Grupo. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo possui opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pelo Grupo têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não tem conhecimento de ações formalizadas ou não, contra o Grupo que implicassem na constituição de provisão para cobrir eventuais desembolsos futuros. 13 Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social é composto por 1.065.577 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme deliberado na Assembleia geral ordinária, realizada em 28 de julho de 2021, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 8.650, sem o

cancelamento de quaisquer ações da Companhia. (b) Reserva legal: A reserva legal é constituída exclusivamente por destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (c) Destinação dos lucros: Apurado o resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido apurado serão observadas as seguintes disposições: (a) 5% do lucro líquido apurado serão observadas as seguintes disposições: (i) 5% na constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social; (b) do lucro remanescente após as deduções e destinações obrigatórias acima, será paga a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 5% (cinco por cento), na forma do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia; (c) o saldo remanescente, conforme aprovação dos acionistas em Ata da Assembleia Geral Extraordinária de agosto de 2013, serão objeto de distribuição mensal de dividendos, para ajuste final no encerramento do exercício social, observada as retenções legais e obrigatórias. Os dividendos a pagar apresentaram a seguinte movimentação nos exercícios:

Table: Dividendos e lucros pagos. Columns: 2021, 2020. Rows include Dividendos e lucros pagos de anos anteriores, Dividendos e lucros intermediários pagos em 2020, Dividendos e lucros distribuídos em 2020, etc.

Em 31 de dezembro de 2021 17.823 12 Recita (Consolidado): A reconciliação das vendas brutas e a recita líquida é como segue: Venda bruta de energia elétrica (4.284) (3.578) Tributos sobre as vendas 113.098 94.438

15 Despesas pessoais natureza 2021 2020 2021 2020 Depreciação 176 203 22.431 19.296 Amortização 345 345 Energia elétrica adquirida 6.489 5.250 Energia elétrica adquirida na rede ("lastro") 19.755 8.246 Taxas e contribuições 1 2 547 642 Outras despesas 604 1.092 177 205 61.254 48.612

Classificação 2021 2020 2021 2020 Custo das vendas 177 205 1.749 1.662 Despesas administrativas 177 205 61.254 48.612

(i) Refere-se a compra de energia elétrica para revenda dentro do âmbito de atuação da Companhia. (ii) Refere-se a compra de energia elétrica para revenda dentro do âmbito de atuação da Companhia.



continuação

COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM BIOELETRICIDADE

CNPJ nº 09.585.179/0001-60

permitido junto à CCEE. **16 Outras receitas, líquidas (Consolidado):**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão de restituição de energia elétrica	8.078	16.933
Crédito extemporâneo de ICMS		1.581
Reversão da provisão para perdas contratuais	11.335	4.976
Baixa de ativos		(2.050)
Resultado na alienação de imobilizado	(24)	1
Impairment do ativo imobilizado	(3.782)	
Depreciação reestruturação das operações	(2.464)	
Outras	<u>(2.550)</u>	<u>(3)</u>
	<u>10.594</u>	<u>21.438</u>

17 Imposto de renda e contribuição social: (a) Controladora: A controladora é tributada pelo regime de lucro real e possui em suas operações receitas que não são passíveis de tributação conforme demonstrado na

reconciliação da alíquota abaixo:

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social
Taxa nominal

Exclusão Permanente

De equivalência patrimonial

Imposto de renda e contribuição social

(b) Consolidado: As controladas da Companhia são habilitadas com base no lucro presumido. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as apurações de imposto de renda e contribuição social corrente destas controladas está demonstrado a seguir:

Receita bruta de venda de energia elétrica

<u>2021</u>	<u>2020</u>
60.090	64.264
34%	34%
(20.431)	(21.850)
<u>20.494</u>	<u>21.919</u>

Receita bruta de restituição de energia e performance

Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)

Receitas financeiras de aplicações resgatadas (100%)

Outras receitas financeiras (100%)

Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)

Receitas financeiras de aplicações resgatadas (100%)

Outras receitas financeiras (100%)

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda e contribuição social

<u>2021</u>	<u>2020</u>
10.515	28.739
127.898	126.755
10.232	10.147
1.315	805
1.006	808
12.553	11.760
15.348	15.219
1.315	805
1.006	808
17.669	16.832
(3.044)	(2.850)
<u>(1.590)</u>	<u>(1.515)</u>
<u>(4.634)</u>	<u>(4.365)</u>

18 Cobertura de seguros: As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas para cada uma das controladas da Companhia, Termoelétrica Sud Mennucci S.A., Pioneiros Termoelétrica Ilha Solteira, Termoelétrica Santa Adélia Ltda. e Termoelétrica Interlagos Ltda., pelos mesmos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas:

Riscos cobertos

Incêndio
Danos elétricos
Vendaval até fumaça
Quebra de máquinas (quebra mecânica)
Equipamentos eletrônicos (exceto roubo)
Roubo e/ou furto qualificado de bens

Montante da cobertura

100.000
7.600
10.000
5.000
300
500

Márcio Ivã Lazarini - Diretor Financeiro / Administrativo

Leandro de Souza Barbosa - Contador - CRC SP: 277064/O-4



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: GJ6G8-79BT7-NNCX2-5P9VF

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 21/04/2022 00:06

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate/GJ6G8-79BT7-NNCX2-5P9VF>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.onlinecertificadora.com.br/validate>